

METAPOLÍTICA: A IDEOLOGIA NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO BOLSONARO NO ANO DE 2019

STEFANO ANDRADE TOMEI¹

RESUMO

Este artigo visa delimitar as mudanças ocorridas no discurso de formulação da política externa brasileira (PEB) no ano de 2019. Pretendemos abordar as fontes e pressupostos vindos desta nova página na história diplomática brasileira e como estes se adequam à formulação tradicional da PEB. Discorreremos então sob a natureza de tal concepção e sobre o que essa nos diz sobre a nova política externa em curso. Elucidaremos e classificaremos a visão ideológica de Ernesto Araújo, o chanceler, nos atendo a sua formulação no artigo “Trump e o Ocidente”. Finalizaremos nosso trabalho entendendo que esta formulação é própria de um nicho ideológico, o tradicionalismo, ao qual não foi dado grande atenção em outras épocas e descrevendo possíveis ações a tomar frente tal concepção.

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa Brasileira; ideologia; governo Bolsonaro; *alt-right*; metapolítica.

ABSTRACT

This article intends to measure the changes occurred in the discourse of creation of Brazilian foreign policy (PEB) in the year 2019. We will tackle the sources and assumptions that come with this new page in Brazilian diplomacy and how those affect the traditional paradigm of Brazilian foreign policy. We will discourse on the nature of such paradigm and reflect on what it shows us about our current foreign policy. We shall clarify and classify the ideological vision of Ernesto Araújo, the chancellor, by grasping its formulation in his article “Trump and the Occident”. We will conclude our research comprehending that such a formulation is idiosyncratic to an ideological niche, traditionalism, to which not enough attention was given and ways in which such a conception must be addressed.

KEYWORDS: Brazilian Foreign Policy; ideology; Bolsonaro government; *alt-right*; metapolitics.

¹ Universidade Federal do ABC.

INTRODUÇÃO

Desde o começo do governo Bolsonaro testemunhamos uma profunda mudança na retórica do Estado brasileiro. As interpretações do governo dividem-no em diversos grupos que ocupam o Planalto. Entre estes está a ala ideológica que conta em suas fileiras com o chanceler, Ernesto Araújo. A indicação de um recém nomeado embaixador como novo ministro da pasta causou desconforto, visto que ele havia se manifestado de maneira partidária durante as eleições em seu blog pessoal. Tal indicação veio como uma surpresa quando se compara a histórica imparcialidade do Itamaraty frente às mudanças político partidárias nos governos. Em última análise o debate público atribuiu esta indicação a Olavo de Carvalho, ideólogo que apoiou Bolsonaro durante a campanha. Desta forma, se afirma como uma necessidade entender o que permitiu a entrada de tal grupo no poder e qual a ideologia, no Itamaraty, desta ala. Por isso nos perguntamos: qual a formulação ideológica da política externa do governo Bolsonaro? Partimos, neste artigo, da hipótese que poderíamos compreendê-la por uma mudança na ideologia do ocupante do alto cargo do ministério, e assim, torna-se fundamental elucidar o pensamento do chanceler do Governo Bolsonaro.

Portanto, nos propomos a, num primeiro momento, abordar de forma geral os princípios e a direção na qual a política externa brasileira (PEB) tem caminhado (I). Depois abordaremos a mudança política ocorrida no país que levou a uma quebra do campo político (II). Em seguida abordaremos a visão de mundo do ministro, e por conseguinte da PEB como um todo, com base na leitura de suas referências (III), sublinhamos qual a particularidade deste pensamento (IV) e por fim tentaremos elucidar algo do que aconteceu no ano de 2019 com base neste novo entendimento (V).

BREVE HISTÓRICO DA PEB

Primeiro formularemos uma breve introdução que sublinhe os principais pontos que direcionam a PEB. Está elencado no artigo quarto da constituição federal de 1988 que o Brasil rege suas relações internacionais segundo os seguinte princípios:

- “I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.” (BRASIL, 2019)

A estes princípios se adiciona um parágrafo único que define a intenção da criação de um bloco de integração com os países latino-americanos. Em um primeiro momento podemos ressaltar

que a própria vontade de expor os princípios que norteiam a formulação da política externa na carta constitucional dão a linha que a PEB procura seguir. Tais princípios indicam um forte apreço ao respeito do direito internacional, como podemos ver pela presença do princípio de não-intervenção ou ainda dos direitos humanos. Ricupero (2017) sinaliza como o princípio da paz sempre prevaleceu na construção da diplomacia brasileira, inclusive pela proibição da intervenção estrangeira para fins de conquista já na constituição de 1891. Tão somente pelos princípios aqui elencados podemos concluir que o Brasil se projeta em suas relações exteriores como um proponente da ordem liberal internacional, atento aos direitos humanos, focado na resolução pacífica das controvérsias, defensor de uma governança global por meio de organizações multilaterais e atento a algum tipo de bloco de integração regional.

No século XXI tais princípios viram sua materialização na procura de uma interdependência real entre o Brasil e os países que o cercam segundo Cervo e Bueno (2015). Tal conceito se via materializado numa inserção internacional baseada no “globalismo industrialista” (CERVO, BUENO, 2015). Este visava a criação e expansão da vocação industrial do Brasil após o insucesso da inserção internacional brasileira, presidida durante o governo Fernando Henrique. Esta integração tinha se desenvolvido durante a onda neoliberal dos anos 1990 e havia fragilizado a posição brasileira no que diz respeito ao seu poder relativo por causa de uma excessiva abertura ao capital estrangeiro (CERVO, BUENO, 2015). Neste contexto, a nova tentativa de inserção seria apadrinhada pelo Estado que se articularia com os diversos setores da sociedade de maneira a criar um planejamento estratégico para auxiliar na logística de inserção dos atores brasileiros, principalmente às empresas que agora têm capacidade para concorrer em nível internacional. Este processo visava garantir a autonomia decisória do Brasil no meio de um mundo crescentemente interligado pela globalização, ou seja, se integrar à globalização sem perder de vista a questão e o interesse nacional. Esta doutrina viu sua manifestação num multilateralismo de reciprocidade (CERVO, BUENO, 2015) que prezava pelo respeito da reciprocidade nas relações entre Estados. Neste caso os mecanismos favorecidos por tal abordagem foram os mecanismos multilaterais e sua capacidade de elaborar regras para o conjunto do sistema internacional. Ricupero (2017) aponta que o Brasil é desta forma um país que se empenha pela reforma do *status quo*. Tal empenho faz sentido tanto com a atitude brasileira pragmática frente à globalização já exposta quanto pela procura da criação de um “contrapoder” (CERVO, BUENO, 2015) com os outros países em vias de desenvolvimento nos organismos internacionais frente aos países do Norte. Todas estas medidas tinham um mesmo objetivo: dar ao Brasil um lugar de maior proeminência no processo decisório global.

Em termos práticos, o que significou esta política externa nos últimos anos? Primeiramente ela significou uma internacionalização efetiva da economia brasileira que graças aos grandes

superávits registrados na primeira década deste século na balança comercial, provenientes principalmente mas não somente do alto preço das *commodities* neste período, levaram a uma projeção das empresas brasileiras para além das fronteiras nacionais. Tal projeção foi auxiliada pelo BNDES e Banco do Brasil, demonstrando o papel logístico fundamental do Estado, e permitiu que houvesse em certos anos uma maior saída do que entrada de investimentos estrangeiros diretos (IED). Em turno esta projeção permitia uma forte entrada de divisas internacionais na economia brasileira o que auxiliava na manutenção de um real valorizado. Em outros aspectos, o Brasil se empenhou na construção em grupos de países pela reforma de mecanismos multilaterais como o Conselho de Segurança da ONU (G4) ou ainda a Organização Mundial de Comércio (G20 agrícola). A constituição da UNASUL em 2008 ainda pode sublinhar uma tentativa de fazer valer essa inserção independente do Brasil no mundo, visto que esta visava ser um fórum do continente Sul-americano sem a participação dos Estados Unidos, como é o caso da Organização dos Estados Americanos (OEA). O Brasil ainda constitui novo bloco geopolítico, o BRICS, e o fez valer como o vemos pelo fato de que hoje a China, membro do bloco, é a maior parceira comercial brasileira. Por fim ainda vale lembrar as duas tentativas de mediação brasileira no Oriente Médio, uma bem sucedida e outra não, respectivamente a negociação da não proliferação nuclear no Irã e a mediação do conflito israelo-palestino. A única ação que parece destoar é a participação do Brasil na missão da ONU para o Haiti (MINUSTAH) que apesar de ferir o princípio de não-intervenção se via legitimada pelo direito internacional.

Este aspecto de inserção por meio de um pragmatismo globalista parece ser uma característica atemporal da diplomacia brasileira. No entanto Ricupero (2017) assinala que este aspecto, esta abordagem baseada no *soft power* e logo na constatação de que o Brasil não dispõe de métodos coercitivos fortes para fazer valer sua vontade, está estritamente ligada à figura do patrono da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco. Tal “coerência e [a] consistência da evolução da política exterior do Brasil em matéria de valores e aspirações” (RICUPERO, 2017) se apresenta como uma construção histórica que, no entanto, cria grande identificação. Ricupero (2017) chega a aventar que isto se dá visto que a política externa é o único meio onde houve resultados palpáveis e inequívocos no que diz respeito às políticas públicas da jovem república brasileira e que isso serviu para a criação de um consenso diplomático que se sobrepunha às linhas partidárias dos diferentes governos. Desta forma pouco a pouco se associou tanto a diplomacia quanto o país como um todo com esses valores da procura do consenso e da reforma do *status quo*. Estando estabelecida a linha geral histórica da PEB podemos passar à mudança que permitiu sua quebra.

A APARIÇÃO DE UMA NOVA DIREITA (*ALT-RIGHT*)

Neste momento introduzimos o componente de estudo da ideologia presente em nosso trabalho. Entendemos por ideologia o “sentido fraco” dado por Bobbio *et al.* (2004) que consiste “[n]um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos”. Trabalharemos desta forma neste estudo de categorização política utilizando dois termos para definir os grupos e indivíduos estudados: *neoconservador* e *reacionário*.

Se a linha de consenso presente durante grande parte da história brasileira parece ter sido quebrada, isto se deve não só a uma mudança no seio do Itamaraty, mas a um câmbio do conjunto da sociedade. Avritzer (2018) analisa a crise política que se desenvolveu desde 2013 sobre o prisma da metáfora de um pêndulo da democracia que ora caminha em direção a expansão e emancipação democrática ora caminha em direção ao autoritarismo e a retração dos direitos civis. Goldstein (2019) vê hoje no Brasil uma democracia armada, uma democracia que cada vez mais repousa sua legitimidade sobre a participação de forças não eleitas, como os militares, o que veio junto com a crise do lulismo. Avritzer (2018) constata a intervenção federal no Rio de Janeiro em 2018 como uma perda no que diz respeito à representação democrática visto a delegação de políticas públicas, que deveriam ser definidas pelo voto, a tecnocratas da União. Instaurou-se desta forma para Goldstein (2019) “nova ordem de direita”. O momento chave para entender esta mudança de um momento de consenso, que estava presente desde a presidência de Fernando Henrique, tanto para Avritzer (2018) quanto para Goldstein (2019), são as manifestações de junho de 2013. Estas expunham um profundo descontentamento popular com o projeto que fora vendido sob a égide do lulismo e que se via instável por demandas crescentes das classes mais baixas, assim como um rejeito das classes mais altas ameaçadas pela ascensão social ocorrida durante esta primeira década do século XXI (GOLDSTEIN, 2019). Foi neste contexto de instabilidade do sistema político como um todo, ainda desmoralizado pela descoberta de largos esquemas de corrupção pela operação Lava-Jato, que surgiram novos agentes políticos que se aproveitaram desta perda de apoio popular da política tradicional para fazerem valer seu discurso. De forma geral estes novos movimentos políticos puderam ganhar apoio graças a organizações não tradicionais de caráter menos vertical e hierárquico, assim como por um uso forte das mídias sociais para sua organização (GOLDSTEIN, 2019). Mas poderíamos ainda falar que houve um processo de desinstitucionalização do conflito político que veio desde a Lava Jato, sendo ela característica por excessos na condução das investigações (AVRITZER, 2018). Desta forma as narrativas desenvolvimentistas características do governo Lula, assim como em menor medida presentes em todos os outros governos, foram sendo substituídas por paradigmas alternos. Goldstein (2019) assinala que houve um combate em volta da então presidente Dilma caracterizado por dois blocos: um desenvolvimentista, composto pelas

R. IANDE – CIÊNCIAS E HUMANIDADES. SÃO BERNARDO DO CAMPO, V. 5, N. 1, P. 102-118, MAR./2021

empresas nacionais e setores sindicais; e outro neoliberal, composto por empresas transnacionais, o agronegócio e ainda o setor financeiro. A consolidação de Michel Temer como presidente da república após o impeachment, graças à presença de um “centrão” conservador adepto à acomodação política, corresponde ao triunfo do segundo bloco frente à tradicional visão desenvolvimentista. De qualquer forma, devemos entender que houve um forte papel de uma elite no rejeito do projeto lulista, sendo ela o judiciário que permitiu um enfraquecimento das instituições políticas (AVRITZER, 2018) ou um setor de forte poder econômico (GOLDSTEIN, 2019).

No entanto, é importante caracterizar a particularidade destes novos atores políticos. Estes se caracterizam por um discurso neoliberal na economia que se associa a um entendimento conservador no aspecto moral. Tal fator se afirma inclusive pelos atores que deram sustentação para esta “nova ordem de direita”, sendo eles: a mídia, a procuradoria e de forma geral o sistema jurídico (AVRITZER, 2018) assim como as forças armadas (GOLDSTEIN, 2019). Para esta combinação usaremos a apelação de Harvey (2014), que é corroborada por Bobbio et al. (2004), e definiremos esta aliança de moral conservadora e economia neoliberal como sendo *neoconservadora*. Resta ainda definir que esta nova ordem usa um discurso que cria um inimigo vagamente definido como a “esquerda” (GOLDSTEIN, 2019). Tais movimentos ressoam bastante quando observamos o que ocorre no resto do mundo, principalmente nos Estados Unidos com a eleição de Donald Trump. Alexander (2018) explora como é desenvolvido o discurso de Steve Bannon, estrategista da campanha de Donald Trump e amplamente responsabilizado por sua vitória. Esta onda *neoconservadora* viu em Bannon e Trump novas celebridades alternativas na direita. A este movimento Alexander (2018) dá o nome de *alt-right* exatamente por causa do distanciamento do discurso das direitas tradicionais.

O equivalente brasileiro que adquiriu popularidade nesse mesmo período entre 2013 e a eleição de 2018 foi o agora presidente Jair Bolsonaro. Dizer que este movimento americano é igual àquele que está presente hoje no Brasil está fora de nosso tema, mas é importante entender que ambos se baseiam em figuras públicas que se dizem ser *outsiders* políticos e que ambos usam a polarização crescente para seus fins políticos. Alexander (2018) ressalta como Bannon é um intelectual marginal que se aproveitou do momento político para ganhar influência por causa de sua crítica constante contra o *establishment* político. É necessário então que façamos esta aproximação não tanto pelo conteúdo mas muito mais pela forma de ação dos dois binômios: Trump/Bannon e Bolsonaro/Olavo.

É claro que o câmbio no campo político teve efeitos práticos nas eleições de 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro. No entanto, nosso propósito neste artigo é tentar explorar a fundo se a mudança no campo político que ocorreu desde 2013 teve algum efeito sobre a mudança no discurso da formulação da PEB. Desta forma, nos ateremos a ver se o discurso teve uma mudança de escopo

leve, característica de uma mera mudança político eleitoral, que não questionaria a tradição brasileira previamente elencada; ou se houve uma mudança profunda que questiona a formulação até então vigente. A seguir, faremos tão somente uma recapitulação da PEB no ano de 2019.

“TRUMP E O OCIDENTE” E A VISÃO DE MUNDO DO MINISTRO

Nesta parte visamos elucidar a ideologia do ministro, e logo a ideologia que comanda a formulação da PEB, atendo-nos ao mais próximo que há de uma declaração de intenções desta política externa. Este texto é o “Trump e o Ocidente” escrito pelo ministro Ernesto Araújo nos cadernos de política externa do instituto de pesquisa de relações internacionais (IPRI) em 2017. Nosso interesse e nossa proposta é de avaliar o pensamento desenvolvido no texto com base na compreensão de suas referências idiossincráticas. Estas são particularmente três pensadores que não dispõem de grande repercussão no mundo acadêmico mas que no entanto se encontram na reflexão do ministro sobre a PEB, e são nominalmente: Julius Evola, René Guénon e Oswald Spengler.

Primeiramente creio ser importante elucidar o que significa o “Ocidente” no título do artigo em análise. Para Araújo, houve uma associação da palavra "Ocidente" tão somente com um bloco geopolítico associado pela economia de livre mercado e pela democracia durante a guerra fria em oposição ao mundo soviético. No entanto, Araújo (2017) defende que este conceito de Ocidente baseado em valores e instituições é limitado, visto que aliena uma identidade mais profunda que cerceia todas as nações ocidentais. Para Araújo (2017) o conceito de Ocidente está profundamente ligado a um conceito de religiosidade entendido como sendo inseparável da nacionalidade. Neste ponto podemos introduzir Spengler e seu conceito de cultura. Este entende a cultura como algo que molda organicamente o indivíduo para a consumação de um destino determinado pela sua comunidade histórica (O'HAGAN, 2002). Neste ponto Araújo e Spengler convergem visto que entendem o indivíduo como um veículo de sua comunidade histórica e logo sua ação individual como sendo determinada por uma razão maior. Tanto para Araújo quanto para Spengler esta ação tem base na procura de uma “realização espiritual” (“*spiritual fulfillment*”, O'HAGAN, 2002) e esta procura consiste no motor da História. Araújo se refere a um discurso de Trump em Varsóvia que enaltece o aspecto cristão e tradicional do povo polonês e associa tal aspecto à verdadeira expressão da nacionalidade. Para não nos atermos a simples generalismos devemos entender que esta visão passa por um entendimento de que existe um princípio individual maior que leva às ações dos indivíduos e que não passa pelas características materiais ou sensíveis como aponta Guénon (2004). Entender que tal tradição intelectual passa por uma conceituação abstrata do Ocidente e extremamente própria a cada autor revela que este é muito menos uma característica ou realidade factível e muito mais uma construção como o próprio Araújo (2017) aponta. Desta forma é difícil entender a utilidade prática de tais categorias para o entendimento de questões internacionais visto

R. IANDE – CIÊNCIAS E HUMANIDADES. SÃO BERNARDO DO CAMPO, V. 5, N. 1, P. 102-118, MAR./2021

que o próprio Araújo demonstra oposição com seus autores. Para Spengler (O'HAGAN, 2002) o centro do Ocidente sempre foi a Alemanha enquanto o mundo Mediterrâneo, assim como o Ibérico, eram parte de outra civilização. Para Spengler (O'HAGAN, 2002) as civilizações são entes orgânicos que se desenvolvem de maneira interdependente. Tal visão dispõe de um determinismo que não se encaixa com a inclusão nem dos Estados Unidos, entendidos por Araújo (2017) como centro do Ocidente, e muito menos o Brasil. Desta forma devemos entender Araújo não como um mero copador de teorias estrangeiras mas como um adaptador que se propõe a fazê-las valerem para um contexto no qual elas nunca se encontraram presentes. A própria O'Hagan (2002) avança como a não inclusão da Rússia no conceito de Ocidente de Spengler se dava por entendimento de que a revolução russa havia deixado claro para Spengler o caráter “asiático” de tal país. A autora deixa claro como tal construção de conceito passa por um interesse de criação de uma narrativa geopolítica. Desta forma devemos entender a ingerência destas teorias na PEB não como uma mera infiltração de um pensamento estranho mas como uma constante reformulação de um novo pensamento para a PEB que lhe serve como instrumento político.

Para Spengler (O'HAGAN, 2002) as civilizações como todo ser orgânico tem um tempo de vida no qual passam por nascimento, maturação e um lento declínio que leva à sua morte. Para este, assim como para Araújo (2017), o Ocidente se encontra no momento de seu declínio e logo lento desaparecimento. É importante notar que este desaparecimento não parece ser para nenhum deles uma extinção violenta, pelo contrário parece uma extinção vinda da indiferença do indivíduo em seguir seu “destino”, na nomenclatura spengleriana. No entanto O'Hagan (2002) nota que Spengler não vê continuidade entre a civilização antiga e seu Ocidente. Araújo parece beber muito mais da concepção de Guénon (2004) quanto a ver esta como sendo fonte e momento de ápice da cultura Ocidental. É necessário entender que todos os autores citados por Araújo (2017) têm concepções idiossincráticas sobre a forma do desenrolar da “decadência” da civilização, inclusive para Spengler (O'HAGAN, 2002) o próprio termo “civilização” é reservado a culturas já em decadência; porém todos seguem a forma spengleriana de ter a cultura como um ente orgânico que molda as aspirações dos indivíduos e chega num ápice que se segue de um lento definhamento de seu princípio de austeridade, sendo ele entendido como o apreço por valores tradicionais. Além do mais, é relevante entender o profundo pessimismo presente no pensamento de Araújo, que ressoa em todos nossos outros autores. Este é característica forte destes pensadores aos quais Furlong (2011) chama de “escola tradicionalista” de pensamento. Tal pessimismo provém das instituições que são entendidas como sendo decadentes e logo como respondendo a outros princípios que não a espiritualidade (O'HAGAN, 2002), seja o dinheiro ou a classe intelectual, que podemos entender como sendo a tecnocracia. Tal vertente filosófica, e isso se vê plenamente em Araújo (2017) tanto pelo relativo desinteresse pelas instituições ocidentais frente ao aspecto espiritual quanto ao desdém pelas elites

“globalistas” presentes nos organismos multilaterais, é parcialmente anti-elitista. A questão do rejeito à democracia é presente em todos mas para Guénon (2004) e Spengler (O’HAGAN, 2002) isso se deve muito mais a questão da troca de prioridades da sociedade após o Iluminismo, que se preocupa cada vez menos com o aspecto espiritual da vivência humana, que cria ambiente fértil para o triunfo destes interesses no meio democrático em detrimento do enfoque tradicionalista. Para Evola (FURLONG, 2011) no entanto a pobreza tradicional é algo de mais profundo, iniciado já na introdução da moral cristã e logo da subversão da ordem “orgânica” das sociedades antigas, sendo entendidas como tendo uma estrita hierarquia onde se situavam no topo aqueles que uniam espírito guerreiro, entendido como valores austeros e tradicionais, com o conhecimento espiritual da libertação da esfera material, os “padres-guerreiros” (FURLONG, 2011). Creio que tais explicações são importantes para revelar o aspecto profundamente determinista na visão histórica presente nos autores que inspiram Araújo (2017). Da mesma forma quero desenvolver tais explicações para abordar o caráter profundamente esotérico destes autores.

Esta procura espiritual se resume para Araújo (2017) em “refundar a unicidade” presente no mundo no período pré-moderno. É isso a metapolítica que ele pretende criar: um “conjunto de ideias, cultura, filosofia, história e símbolos que agem tanto no nível racional quanto no nível emotivo da consciência” (ARAÚJO, 2017). Ele considera que a política externa, e pela pretensão inclusive da palavra metapolítica a política como um todo, deve conter um aspecto que permita “situar-nos e atuar naquele plano cultural-espiritual em que, muito mais do que no plano do comércio ou da estratégia diplomático-militar, estão-se definindo os destinos do mundo” (ARAÚJO, 2017). Em suma, Araújo se refere a um aspecto transcendental da experiência humana que está sendo deixado de lado pela política. Araújo (2017) enaltece Trump porque este “leva a política externa para outro plano, o de uma luta cultural, civilizacional, e já não mais o jogo da geopolítica”. Tal busca pelo transcendente é confluyente com o “destino” de Spengler mas principalmente com o aspecto mais místico de Guénon (2004), que desenvolve uma crítica da ciência moderna como sendo inferior àquela do período pré-moderno exatamente porque não procura algo transcendental. Desta forma Guénon (2004), e por conseguinte Araújo (2017), entendem que o essencial reside não no aspecto material mas sim no aspecto abstrato. Guénon (2004) assim como Evola (FURLONG, 2011) bebem deste resquício do pensamento neoplatônico que entende que há uma superioridade do conhecimento abstrato em relação ao conhecimento material e que o processo de criação vai do uno ao múltiplo, do abstrato ao material. Desta forma, quando Araújo (2017) procura inserir a espiritualidade na política de Estado ele tenta levá-la, usando a classificação de Guénon (2004), a um patamar sagrado e logo mais completo. Tal procura do uno se vê exatamente pela correspondência entre todos os aspectos, principalmente aqueles

imateriais como os estados de espírito dos indivíduos, e desta forma, quando se progride em direção a especialização e a segmentação do saber, o conhecimento se degenera (GUÉNON, 2004).

Nesta procura do transcendente existe para todos esses autores uma noção de luta. Araújo (2017) o expressa quando elucida os dois maiores perigos para o Ocidente, o islamismo radical mas acima de tudo o próprio espírito moderno presente na sociedade ocidental. . O'Hagan (2002) denota que para Spengler o homem ocidental é o homem faustiano, aquele que procura abraçar o todo, que tem por objetivo o infinito. Para Spengler este mesmo traço que permitiu ao homem ocidental desenvolver sua cultura levou-o a adquirir a proeminência global que acelerou seu processo de degeneração. É interessante notar que para Spengler (O'HAGAN, 2002) o imperialismo dos séculos XVIII e XIX é causa da decadência do Ocidente visto que este demonstra o triunfo das lógicas de poder, aquelas ligadas ao capitalismo e ao intelectualismo, ambos criticados por Spengler, que alienam o lado espiritual. Para Spengler (O'HAGAN, 2002) isso se deve a um conflito entre o modelo ocidental anglo-americano, individualista, e o modelo germânico, coletivo². Quanto a Evola (FURLONG, 2011), o conflito é essencial para entender a sua visão histórica que gira em torno do guia de sua construção teórica. Para ele, é necessário ver a terceira dimensão presente na História, a profundidade. Este aspecto, que não é nem o tempo nem o espaço, denota a constante luta histórica entre as forças do cosmo, que promovem a integração e logo o uno, e as forças do caos, que promovem o caos e a multiplicidade. Novamente pode parecer abstrato se ater a tais teorias para entender a PEB hoje, mas tal construção ideológica se encontra no centro de um sistema de conhecimento que, como já apontamos, baseia-se numa separação estanque entre bem e mal, sagrado e profano. Neste ponto Alexander (2018) apontaria como tais referências são úteis para se criar uma narrativa apocalíptica e logo uma cultura que põe em questão de maneira constante o *establishment* político, ideia da *guerra cultural* de Steve Bannon. Da mesma forma, Evola (FURLONG, 2011) dá a introdução desta terceira dimensão no estudo histórico o nome de *guerra secreta*. O que tentamos passar é a ideia de que não só há uma ligação direta entre estes intelectuais como ainda há uma tentativa de atualizar e permitir a ampla difusão de tais conceitos. Araújo (2017) crê que “esse Ocidente está – mesmo que não o veja – em um conflito de gigantescas proporções por sua própria sobrevivência”. Em última instância a *guerra secreta* e a *guerra cultural* são a mesma coisa visto que saem do mesmo ponto de partida, a existência de um conflito maior, na História, do que simplesmente aquele visível e definido pelas características materiais, e chegam à mesma conclusão: a necessidade de um conflito constante para impedir que a narrativa apocalíptica tenha feito (ALEXANDER, 2018). Tal visão, assim como a de Spengler, parece contribuir para o argumento de que o maior perigo para o Ocidente segundo Araújo (2017) é o próprio espírito

² Spengler usa o termo “socialismo prusso” (“prussian socialism”) que no entanto só quer dizer um modelo onde o indivíduo vê sua participação social como sendo parte integral do seu ser.

iluminista ocidental. Por outro lado, Guénon parece ter uma visão muito mais passiva sobre a mudança necessária. Enquanto Evola, Spengler e Araújo advogam uma mudança na condução da política, Guénon (2004) se limita a uma procura do sagrado que, por conseguinte, seguirá o devido curso no mundo material.

Tal aspecto do conflito nos permite abordar o extremo esoterismo destas teorias. Entendemos por esoterismo o fato de elas dependerem tanto de filosofias antigas quanto de um excesso de símbolos e significados que tornam sua penetração por leigos difícil. O apreço pelas línguas originais, no caso o grego, e por batalhas, sejam elas Salamina (480 a.C) ou o cerco de Viena (1529), demonstram um aspecto profundamente nostálgico do ministro, aspecto também presente em suas referências. Todo confronto atual é visto sob o prisma da História antiga, como é o caso da divergência entre Guénon e Evola quanto a quais valores caracterizavam o Ocidente: os espirituais embutidos na igreja católica, para Guénon, ou os valores da aristocracia guerreira, para Evola. Esta disputa provém de caráter épico quando Furlong (2011) constata que estes viam esta disputa conceitual como uma volta à disputa entre Guelfos e Gibelinos, duas facções medievais que combatiam seja pela supremacia do Papa, seja pela supremacia da nobreza manifestada no sacro imperador romano. Por assimilação, o discurso produzido por Araújo se aproveita dos mesmos eventos difusos e batalhas antigas para reforçar sua concepção de Ocidente e de união espiritual no seio da comunidade. Furlong (2011) relata que estas construções teóricas são úteis visto que não pretendem ter ampla difusão; elas só são aprendidas quando o indivíduo já empreendeu uma escolha de aprendê-las (*“leap of faith”*). Ou seja, as teorias servem para a criação de uma comunidade de adeptos que já passaram por determinada iniciação. Furlong (2011) parece em múltiplos momentos falar de um culto quando se refere a construção ideológica de Evola, e tal constatação é relevante na medida em que podemos entender que há uma dualidade na presença política de tais figuras. É o caso de Steve Bannon que consegue manter uma imagem de patriota frente a grande massa e no entanto consegue ser um revolucionário reacionário frente a uma audiência mais seleta (ALEXANDER, 2018). O próprio Furlong (2011) relata que tal estratégia se deve a uma visão profundamente elitista e anti-igualitária abarcada por Evola, na qual ele vê a política como sendo um campo limitado a poucos.

Para Araújo (2017) o Ocidente é: “uma realização do espírito tal como este se manifesta em determinadas pessoas que compõem determinadas comunidades” apesar de ser uma “criação literária”. Tal contradição se explica pelo fato que Araújo dá grande valor ao mito na construção do sentimento nacionalista. Isto se deve à confluência entre o sentimento nacionalista visto por Araújo e a espiritualidade e religião que ele põe no centro de sua construção ideológica. Em Evola o mito é exatamente como Araújo diz: “o grito que nasce no peito de um homem na hora da batalha é sagrado, não provém dele, mas lhe é inspirado pelo deus”. Desta forma existe um entendimento de

que o mito é um caráter fundamental na criação e na mobilização do indivíduo para uma causa comum, uma causa política. Peguemos Sorel (STERNHELL *et al.*, 1994) que trabalha o mito de forma bem similar aos nossos autores. Para ele a construção teórica não passa de mera abstração que não consegue mudar de maneira efetiva a realidade exatamente porque não consegue entender a realidade. No entanto, o mito, e a convulsão humana dele proveniente, pode servir como catalisador para a mudança. Para Georges Sorel, assim como para Araújo na medida em que acredita no poder transformador do nacionalismo, o mito é uma ideia que transpõe pela sua potência relações entre ideias em relações de fato (STERNHELL *et al.*, 1994). As aproximações a se fazer de Sorel com o resto de nosso *corpus* de autores são múltiplas: a nostalgia pelo passado, o amor ao tradicionalismo que vem deste último, o culto pela ação, a busca por um aspecto transcendente nesta ação e a doutrina apocalíptica permitem que o aproximemos da doutrina do mito que Araújo e suas referências têm³. Neste contexto o mito não é só um objetivo de criação (ou neste caso restauração) de um momento idílico mas é também um fim em si mesmo visto que é fruto da mobilização política que permite a mudança da sociedade. Podemos associar tal conceito de mito novamente à separação sagrado/profano presente no artigo de Alexander (2018) e adicionar que esta criação de dois campos opostos engajados numa *guerra cultural* garante a constante mobilização do mito para estes fins políticos.

SITUANDO “TRUMP E O OCIDENTE” NO ESPECTRO POLÍTICO

Tendo de um lado elencado a existência de um movimento político de caráter *neoconservador* que deu margem à entrada da ideologia do chanceler no ministério, iremos agora explorar o paradigma clássico das relações exteriores para os neoconservadores. Nesta parte abordamos Harvey (2014) e Huntington (1993), com sua teoria baseada nos conflitos culturais. Entendemos que estas duas são úteis para entender o que se poderia chamar do *mainstream* do pensamento ideológico neoconservador nas relações internacionais. Utilizaremos esta visão para constatar se Araújo se encontra num paradigma convencional deste novo campo político recentemente instituído ou se vai além.

Harvey (2014) denota como o conservadorismo moral é uma necessidade para o estabelecimento do paradigma neoliberal, que, segundo o autor, causa uma ruptura dos “vínculos de solidariedade” (HARVEY, 2014) tradicionais ao promover uma moral baseada também em valores de mercado sendo os sucessos entendidos como “virtudes empreendedoras” e os fracassos como “falhas pessoais”. Desta forma se afirma a necessidade de um mecanismo de mobilização das

³ Vale lembrar, no entanto, que Sorel era um membro de parte *reacionária* do movimento sindicalista francês. Sua ideia de mito é necessária, em sua opinião, para a criação de potencial revolucionário, visto a incapacidade da doutrina marxista de explicar as relações econômicas. Tal construção ideológica particular é sublinhada por Sternhell *et al* (1994) como sendo razão de seu isolamento intelectual dos meios marxistas tradicionais.

comunidades e este mecanismo é para Harvey (2014) o nacionalismo. Tal discurso utilizado por políticos neoconservadores que visa “acentuar ameaças, reais ou imaginadas” (HARVEY, 2014) para seus fins políticos ganha muito em força com interpretações como a de Huntington. No entanto Huntington (1993) trabalha seu conceito de forma interessante refletindo que tal conflito de “o Ocidente contra o resto” (“the West against the rest”) vem de um sistema de relações internacionais que até a descolonização não contava com membros que não fossem europeus ou europeizados. Desta forma o entendimento de Huntington (1993) é muito mais o de uma situação de países dominantes contra países dominados, -- estes últimos por causa de seus costumes e tradições, não vendo uma capacidade de se inscreverem na presente ordem liberal -- , do que propriamente um conflito civilizacional como já supracitado em Araújo (2017). Além do mais, o conceito de Ocidente presente em Huntington (1993) é definido em grande parte por instituições e sua construção histórica. Por mais que este note a religião como sendo uma pedra de toque para entender as construções da identidade, ele não crê na necessidade de uma construção político-espiritual. Desta forma temos no texto de Araújo um autor que se destaca dos esquemas convencionais visto que tenta enfatizar algo que leituras tradicionais não conseguem: nominalmente a questão da vivência da nacionalidade como algo espiritual. Novamente devemos retornar ao esoterismo desta visão particular de Araújo e como tal visão aliena o que foi a grande tradição diplomática brasileira. Se tivéssemos que nos ater a uma definição estrita do paradigma proposto por Araújo, sem já usar o termo tradicionalista que parece ser afeto tanto a nossos autores (FURLONG, 2011) quanto às referências de Araújo (GUÉNON, 2004), poderíamos utilizar a definição de REAÇÃO segundo Bobbio (2004):

“Em nosso século [...] os comportamentos reacionários apelaram, em sua luta contra a igualdade, para um presumido direito de homens e grupos humanos (nação, raça) ao domínio e ao privilégio, no interesse não somente dos beneficiários mas também e especialmente da ‘Civilização’ e da humanidade inteira. Têm esta raiz ideológica e social as teorias do super-homem, do povo eleito (v. Racismo) e da soberania nacional (v. Nacionalismo).”

Tal definição nos deixa com a categoria *reacionário* para definir Araújo e a ideologia a que este subscreve, muito próxima novamente do rejeito às instituições iluministas e do pós revolução francesa como em Steve Bannon (ALEXANDER, 2018).

UM ANO DE CRISE DA PEB

Para entender e analisar a mudança ocorrida na PEB devemos entender tanto os setores conflitantes da base de apoio de Bolsonaro, sendo eles nominalmente: o agronegócio, o mercado financeiro, o exército e as igrejas evangélicas (GOLDSTEIN, 2019); como também devemos compreender que o movimento bolsonarista sempre teve em sua margem pensadores de uma

alt-right brasileira, que hoje se encontram em altas posições do Itamaraty. Logo a PEB se viu, exatamente quando se propunha a desideologizar, sujeita a novas ideologias (RIBEIRO, 2019) como o podemos ver pela escolha de um chanceler operada pelo ideólogo Olavo de Carvalho. Desta forma visamos nesta parte abordar efetivamente o que aconteceu neste primeiro ano de governo Bolsonaro à luz das nossas análises anteriores em relação a dois tópicos: o rechaço ao multilateralismo e o americanismo.

Em termos de propostas, Bolsonaro fez três viagens propositivas em seu começo de governo. A primeira viagem, aos Estados Unidos⁴, é característica do americanismo presente na sua política externa. As propostas incluíram a abdicação do tratamento especial na OMC⁵ em contrapartida a uma promessa, até o momento infrutífera, de apoio à entrada brasileira na OCDE. Ademais, recebemos o status de aliado extra-OTAN. Temos ainda a tentativa de cessão da base de Alcântara aos americanos que se viu expressamente desautorizada pela classe militar⁶. A isso se adicionam as viagens à Argentina e ao Chile. Estas tiveram por objetivo aproximar-se dos vizinhos latino-americanos e tentar aproximar-se e criar nova forma de integração regional⁷. O Prosul, organização das nações da América do Sul para fomentar o desenvolvimento econômico na região, se encontra na mesma linha de aproximação aos Estados Unidos visto que visa a criação de um fórum regional comum que exclua a Venezuela, país em embate com os Estados Unidos, e que junte líderes de recorte liberal como eram os então presidentes do Chile, Argentina, Paraguai, Colômbia e Peru. Outra grande proposta foi a de consumação de um acordo com a União Européia por parte do Mercosul que no entanto teve entraves com base na questão da política para a Amazônia do governo Bolsonaro⁸.

Longe de considerar o valor destas propostas por elas mesmas devemos lê-las com base naquilo que foi previamente apreendido. Este projeto americanista de aproximação com os Estados Unidos se inscreve num conceito de aproximação com o Ocidente. Araújo (2017) detalha que o Ocidente representa mais que uma simples aliança mas vê seu motor como sendo os EUA. Desta forma a entrada nas organizações características do Ocidente, criadas no pós-guerra como forma de consolidação da esfera de poder americana, se afirma como um imperativo. A visão de Araújo converge com aquela de Bannon, apresentada por Alexander (2018), com base no entendimento de

⁴Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/19/bolsonaro-chega-a-casa-branca-para-reuniao-com-donald-trump.ghtml>

⁵Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/19/bolsonaro-atende-trump-e-vai-comecar-a-abrir-mao-de-tratamento-especial-do-brasil-na-omc-diz-itamaraty.ghtml>

⁶Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/instalacao-de-base-militar-dos-eua-no-brasil-gera-criticas-entre-militares/>

⁷Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/23/bolsonaro-chega-de-volta-ao-brasil-apos-viagem-ao-chile.ghtml>

⁸Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/08/internacional/1570567502_599342.html

que é necessário constituir um bloco de nações de direita para proteção contra ameaças externas. Pegando de novo a narrativa de decadência de Spengler, podemos inferir que tanto Araújo quanto Bannon veem nos Estados Unidos o centro da restauração do Ocidente. Já notamos que, para Spengler, tal noção é errada. Entretanto devemos entender o fenômeno da *alt-right* como uma reformulação das narrativas tradicionais da direita, transladando assim o Ocidente de um modelo europeu para um modelo americano. De forma similar a ameaça de troca da embaixada israelense de Tel Aviv para Jerusalém (RIBEIRO, 2019) ocorreu num contexto tanto de apaziguamento do eleitorado evangélico brasileiro quanto, num sentido geopolítico, numa afirmação do Brasil como pertencendo ao Ocidente. Parte deste viés americanista se afirma pela negação de outras parcerias tradicionais do Brasil. Novamente a escolha da embaixada israelense criou mal-estar nas relações entre o Brasil e os países árabes. O rechaço ao multilateralismo vem desta forma como uma necessidade de cada vez mais diminuir o leque de relações do Brasil tão somente a poderes “ocidentais” e de filiação ideológica próxima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em viés de conclusão podemos notar que houve um câmbio forte na prática assim como no discurso da PEB no ano de 2019. Determinamos que tal mudança se deve à penetração de novos atores da direita *neoconservadora* no campo político e como tal penetração permitiu que grupos com concepções idiossincráticas começassem a determinar o curso da política pública no Ministério das Relações Exteriores. Elucidamos a ideologia do ministro, Ernesto Araújo, e comprovamos que sua concepção ideológica se adequa ao termo reacionária e pode ser classificada como pertencendo a escola *tradicionalista* da qual fazem parte Guénon, Evola, Spengler, assim como mais recentemente, Bannon. Entendemos que tal escola constitui um nicho ideológico ao qual nunca foi dada grande relevância e que este nicho destoa da formulação da PEB até então em prática. Estabelecemos ainda que existe movimento similar que ocorre em outros países.

Devemos elencar no entanto os limites de nosso trabalho. Tivemos só uma visão panorâmica do ministro sem no entanto contemplar o conjunto das altas posições do Itamaraty. Desta forma não podemos opinar quanto às condições estruturais que conduziram à formulação da PEB no ano de 2019. No entanto, pudemos assinalar a existência de uma concepção ideológica conflitante nos altos escalões do governo. Furlong (2011) reflete em sua conclusão sobre a dificuldade que há na academia contemporânea em confrontar ideias esotéricas como as da escola tradicionalista. Este rejeito pelo conhecimento e pela formalidade científica não se adequa ao debate acadêmico. No entanto, é necessário atentar às consequências políticas reais que podem vir de tal omissão. Desta forma urge a necessidade de abordar de frente este corpus acadêmico de maneira que este seja, ele também, sujeito à crítica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey C.. VOCIFERANDO CONTRA O ILUMINISMO: A IDEOLOGIA DE STEVE BANNON. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 1009-1023, dez. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752018000301009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 de Novembro de 2019.

AVRITZER, LEONARDO. O PÊNDULO DA DEMOCRACIA NO BRASIL: Uma análise da crise 2013-2018. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 273-289, Aug. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002018000200273&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 de maio de 2020.

ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga. Trump e o Ocidente. **Cadernos de Política Exterior**, 1 dez 2017. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf>. Acesso em: 13 de Novembro de 2019.

BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de Política: história implicações**. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. 666 p. ISBN 85-230-0309-6.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. 4. ed. atual. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 6 de Dezembro de 2019.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 5. ed. rev. e aum. Brasília: Universidade de Brasília, 2015. 605 p.

FURLONG, Paul. **Social and Political Thought of Julius Evola**. 1. ed. Nova Iorque: Routledge, 2011. 187 p. ISBN 978-0-415-58968-0.

GUÉNON, René. **The Crisis of the Modern World**. 4. ed. rev. Nova Iorque: Sophia Perennis, 2004. 134 p. ISBN 0 900588 24 1.

GOLDSTEIN, A. A. (2019). The New Far-Right in Brazil and the Construction of a Right-Wing Order. **Latin American Perspectives**, v. 46, n. 4, p. 245–262. Disponível em <https://doi.org/10.1177/0094582X19846900>. Acesso em: 13 de Novembro de 2019.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. ISBN 978-85-15-03536-6.

HUNTINGTON, Samuel P. The Clash of Civilizations?. **Foreign Affairs**, Verão 1993. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1993-06-01/clash-civilizations>. Acesso em: 13 de Novembro de 2019.

O'HAGAN, Jacinta. **Conceptualizing the West in International Relations: From Spengler to Said**. Nova Iorque: PALGRAVE, 2002. 303 p. ISBN 0–333–92037–6.

RIBEIRO, Renata Albuquerque; MILANI, Carlos R. S. L'élection de Bolsonaro, la politique étrangère brésilienne en 2019 et l'avenir de la coopération Sud-Sud. **IdeAs**, 1 mar. 2019. DOI 10.4000/ideas.5578. Disponível em: <http://journals.openedition.org/ideas/5578>. Acesso em: 13 de Novembro de 2019.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750 - 2016**. 1. ed. Rio de Janeiro: Versal, 2017. 782 p.

STERNHELL, Zeev *et al.* **The Birth of Fascist Ideology: from cultural rebellion to political revolution**. New Jersey: Princeton University Press, 1994. 348 p. ISBN 0-691-03289-0.